

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES



Concorrência n.º 001/2020

EDITAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS
CONCORRÊNCIA Nº 001/2020



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

**CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ADMINISTRAÇÃO DAS
ATIVIDADES AEROPORTUÁRIAS, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO, SEGURANÇA
DA AVIAÇÃO CIVIL, SEGURANÇA OPERACIONAL E EXPLORAÇÃO
COMERCIAL DO HELIPORTO PÚBLICO LOCALIZADO NA ESTRADA
CAMPOS-FAROL DE SÃO TOMÉ**

EDITAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 001/2020

PREÂMBULO

A Prefeitura do Município de Campos dos Goytacazes (“Município”) torna público, por meio do presente EDITAL da Concorrência nº 001/2020, as condições da Licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, com critério de julgamento do Tipo maior oferta pela outorga da CONCESSÃO, a fim de selecionar a melhor proposta para a celebração de CONTRATO DE CONCESSÃO de serviços públicos de administração das atividades aeroportuárias, operação, manutenção, segurança da aviação civil, segurança operacional e exploração comercial do Heliporto Público Farol de São Tomé, considerando as premissas do CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO (Convênio nº 03/2020, assinado em 30.03.2020), firmado entre a UNIÃO FEDERAL e o Município de Campos dos Goytacazes.

As condições e os procedimentos desta CONCORRÊNCIA estão fundamentados no CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO, bem como na legislação federal pertinente, especialmente no Decreto Federal nº 7.624, de 22 de novembro de 2011, que dispõe sobre as condições de exploração pela iniciativa privada da infraestrutura aeroportuária, por meio de concessão, e na Lei Federal nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências.

A presente CONCORRÊNCIA será regida pelas regras previstas neste EDITAL e seus ANEXOS, pela Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1999, pela Lei Municipal nº 8.284, de 16 de dezembro de 2011 e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como demais normas vigentes sobre a matéria.

Em atendimento ao art. 11 do Decreto Federal nº 7.624/11, as minutas do EDITAL e do CONTRATO DE CONCESSÃO foram submetidas à Consulta Pública, a qual teve início em 23 de dezembro de 2019 e término em 24 de janeiro de 2020, tendo-se concedido a oportunidade de qualquer cidadão ou demais interessados fornecessem sugestões à CONCESSÃO. Após a análise de todas as contribuições recebidas durante o período de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

Consulta Pública e incorporação de todas as sugestões pertinentes, a posição final está consolidada neste EDITAL.

À Consulta Pública foi concedida ampla divulgação no Diário Oficial do Município ("DOM"), e jornais de grande circulação no Município de Campos dos Goytacazes, assim como por via eletrônica, no sítio eletrônico da Prefeitura do Município: www.campos.rj.gov.br.

A presente Licitação foi precedida da Audência Pública 02/2019, ocorrida em 10 de janeiro de 2020, na Câmara Municipal de Vereadores do Município de Campos dos Goytacazes/RJ, conforme determina o art. 39, *caput*, da Lei 8.666/93.

A presente licitação e todos os documentos que integram este procedimento licitatório foram examinados e aprovados pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República nos termos do §2º do Art. 3º do Decreto Federal nº 7.624, de 22 de novembro de 2011, conforme PORTARIA No. 1456, de 02 de julho de 2020, publicado no Diário Oficial da União, edição 127, seção 1, página 29, em 06 de julho de 2020, e compõem as condições específicas deste EDITAL de forma a bem caracterizar o procedimento licitatório e os serviços objeto da contratação que decorrerá desta licitação.

Os interessados poderão ter acesso à íntegra do EDITAL por meio da obtenção de correspondente cópia na sede da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes/RJ.

No ato da retirada do EDITAL, os interessados deverão informar os seguintes dados: razão social ou denominação completa da empresa, endereço completo, CNPJ/MF, telefone, fax, e-mail e nome do representante para contato. Caso o PROPONENTE não apresente os dados, a Prefeitura se exime da responsabilidade da comunicação, por e-mail, de eventuais esclarecimentos, retificações e informações adicionais sobre a LICITAÇÃO.

Este EDITAL e seus ANEXOS também estão disponíveis no sítio eletrônico da Prefeitura do Município: www.campos.rj.gov.br.

O PODER CONCEDENTE não se responsabiliza pela autenticidade do teor do EDITAL e ANEXOS obtidos ou conhecidos de forma ou locais distintos daqueles mencionados acima.

As informações, estudos, pesquisas, investigações, levantamentos, projetos, planilhas e demais documentos ou dados relacionados à CONCESSÃO e disponibilizados pelo PODER CONCEDENTE, observadas as exceções contidas no CONTRATO, têm caráter meramente indicativo e não vinculante, cabendo aos interessados o exame de todas as instruções,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e regulamentações aplicáveis à CONCESSÃO, responsabilizando-se, ainda, pelos custos e despesas referentes às providências necessárias à elaboração de suas PROPOSTAS COMERCIAIS e à participação na LICITAÇÃO.

A obtenção do instrumento convocatório não é requisito para a participação na LICITAÇÃO, que implica, porém, na integral e incondicional aceitação de todos os termos, disposições e condições do EDITAL, bem como das demais normas a ela aplicáveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS	7
1. DEFINIÇÕES	7
2. ANEXOS DO EDITAL	12
3. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO.....	13
4. OBJETO DA CONCORRÊNCIA.....	13
5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO.....	13
6. VALOR ESTIMADO DO CONTRATO	14
7. PRAZO DO CONTRATO.....	14
8. DOS ESCLARECIMENTOS SOBRE O EDITAL	14
9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL	15
10. DAS VISITAS TÉCNICAS	16
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	16
CAPÍTULO II - DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	17
12. DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	18
CAPÍTULO III - DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA.....	18
13. DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA	18
14. DA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO	19
15. DAS LIMITAÇÕES À PARTICIPAÇÃO.....	21
CAPÍTULO IV - DA DOCUMENTAÇÃO	22
16. DA DOCUMENTAÇÃO	22
17. DAS DECLARAÇÕES PRELIMINARES	24
18. DOS REPRESENTANTES	25
19. DA PROPOSTA ECONÔMICA	27
20. DA HABILITAÇÃO.....	28
A. Da Habilitação Jurídica.....	28
B. Da Qualificação Econômico-financeira	29
C. Da Regularidade Fiscal e Trabalhista	31
D. Da Habilitação Técnica	33
CAPÍTULO V - DAS ETAPAS DA LICITAÇÃO.....	35



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

21.	DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS	35
22.	DA ANÁLISE DAS DECLARAÇÕES PRELIMINARES E DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO.....	36
23.	ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	37
24.	DA VERIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS ECONÔMICAS.	37
25.	DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS	39
26.	DA HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA E DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO	39
CAPÍTULO VI - CONDIÇÕES PARA A FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO		40
27.	CONVOCAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	40
28.	CONSTITUIÇÃO DA CONCESSIONÁRIA	41
29.	CONDIÇÕES PRECEDENTES À ASSINATURA DO CONTRATO	41
30.	DO RESSARCIMENTO DOS ESTUDOS PRELIMINARES	42
31.	DA ORDEM DE SERVIÇO	43
CAPÍTULO VII - DAS PENALIDADES		43
32.	DAS PENALIDADES	43
CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS		44
33.	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	44
Prefeito Municipal de Campos dos Goytacazes.....		45



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. DEFINIÇÕES

1.1. Para os fins deste EDITAL, salvo disposição expressa em contrário:

- a) As definições deste EDITAL, expressas neste item, têm os significados atribuídos abaixo, seja no plural ou no singular;
- b) Todas as referências neste EDITAL para designar itens, subitens ou demais subdivisões referem-se aos itens, subitens ou demais subdivisões do corpo deste EDITAL, salvo quando expressamente se dispuser de maneira contrária;
- c) Os pronomes de ambos os gêneros deverão considerar, conforme o caso, as demais formas pronominais;
- d) O uso neste EDITAL do termo “incluindo” significa “incluindo, mas não se limitando”.

1.2. Quando utilizados neste EDITAL e seus ANEXOS os termos, frases e expressões listados abaixo, se redigidos em letras maiúsculas, deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com os seguintes significados:

ADJUDICATÁRIO: PROPONENTE vencedora do processo licitatório.

ANAC: Agência Nacional de Aviação Civil, entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial, criada pela Lei Federal nº 11.182, de 27 de setembro de 2005.

ANEXOS: Cada um dos documentos anexos ao presente EDITAL, arrolados no item 2.1 abaixo.

BENS REVERSÍVEIS: São todos os bens móveis e imóveis, englobando instalações e equipamentos, existentes à época da publicação do EDITAL, bem como aqueles que venham a ser adquiridos ou construídos pela CONCESSIONÁRIA, necessários e vinculados à adequada prestação dos serviços objeto do CONTRATO, que serão revertidos ao PODER CONCEDENTE ao final do CONTRATO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

COLIGADAS: Sociedades submetidas à influência significativa de outra sociedade. Há influência significativa quando se detém ou se exerce o poder de participar nas decisões das políticas, financeira ou operacional da investida, sem controlá-la. É presumida influência significativa quando houver a titularidade de 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante da investida, sem controlá-la.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO ou CPL: Comissão que será responsável por conduzir a presente CONCORRÊNCIA, além de examinar e julgar todos os documentos a ele inerentes.

CONCESSÃO: É a delegação, feita pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, para a prestação dos serviços públicos de administração das atividades aeroportuárias, operação, manutenção, segurança da aviação civil, segurança operacional e exploração comercial do HELIPORTO.

CONCESSIONÁRIA ou SPE: Sociedade de Propósito Específico, constituída na forma de Sociedade por Ações, pela PROPONENTE ou CONSÓRCIO vencedor da presente CONCORRÊNCIA, como condição precedente à assinatura do CONTRATO DE CONCESSÃO, nos termos e condições definidos neste EDITAL.

CONCORRÊNCIA: Modalidade da presente licitação, cujo critério de julgamento é o maior VALOR DE OUTORGA FIXA oferecido ao PODER CONCEDENTE, para a seleção da PROPONENTE que constituirá a CONCESSIONÁRIA responsável pela execução do objeto da CONCESSÃO.

CONSÓRCIO: Acordo entre duas ou mais pessoas jurídicas para participação conjunta nesta CONCORRÊNCIA mediante apresentação de uma única proposta, de acordo com os termos e condições estabelecidos neste EDITAL.

CONTRATO DE CONCESSÃO ou CONTRATO: O Contrato de Concessão a ser celebrado entre o Município de Campos dos Goytacazes e a CONCESSIONÁRIA, nos termos do Anexo IX deste EDITAL.

CONTROLADA: Qualquer sociedade, fundo de investimento ou pessoa jurídica cujo Controle é exercido por outra pessoa, física ou jurídica, ou fundo de investimento.

CONTROLADORA ou CONTROLE: A pessoa física ou jurídica (ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum) que: (i) é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

assembleia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade; e (ii) usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da sociedade.

CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO: Convênio nº 03/2020, assinado em 30.03.2020, firmado entre a UNIÃO FEDERAL e o Município de Campos dos Goytacazes – RJ, cujo objeto é a delegação (direta ou indireta) ao MUNICÍPIO das atividades de exploração do HELIPORTO objeto desta CONCESSÃO.

DATA-BASE: mês correspondente à data da entrega da PROPOSTA COMERCIAL pelos LICITANTES;

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: Documentos relativos à qualificação jurídica, fiscal e trabalhista, técnica e econômico-financeira das LICITANTES, a serem entregues de acordo com o disposto neste EDITAL.

D.O.M: Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes – RJ.

EMPRESAS AÉREAS: Pessoas jurídicas nacionais ou estrangeiras devidamente autorizadas a executar transporte aéreo, em qualquer modalidade ou por qualquer meio, regular ou não de pessoas, cargas ou malotes postais, com fins lucrativos.

ENVELOPES: Envelopes contendo Declarações Preliminares e Documentos de credenciamento do representante; DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA ECONÔMICA a serem apresentados pelos PROPONENTES.

FNAC: Fundo Nacional de Aviação Civil, fundo de natureza contábil, vinculado à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, criado pela Lei Federal nº 12.462, de 05 de agosto de 2011, para destinação dos recursos do sistema de aviação civil.

GARANTIA DE EXECUÇÃO: Garantia do fiel cumprimento das obrigações do CONTRATO DE CONCESSÃO, a ser prestada pela CONCESSIONÁRIA em favor do PODER CONCEDENTE, nos montantes e nos termos definidos na minuta do CONTRATO DE CONCESSÃO, e que poderá ser executada pelo PODER CONCEDENTE nas hipóteses também previstas no CONTRATO DE CONCESSÃO.

HELIPORTO: Heliporto localizado na Estrada Campos-Farol de São Tomé, no Município de Campos dos Goytacazes, objeto desta CONCESSÃO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

ORDEN DE SERVIÇO: é a ordem emitida pelo PODER CONCEDENTE para o início efetivo da exploração da CONCESSÃO pela CONCESSIONÁRIA, observado o disposto no EDITAL e no CONTRATO.

PARTES RELACIONADAS: Qualquer pessoa CONTROLADORA, COLIGADA e respectivas CONTROLADAS, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis em vigor.

PEA: Plano de Exploração Aeroportuária apresentado pelo PODER CONCEDENTE como anexo ao CONTRATO DE CONCESSÃO, com vistas ao detalhamento do HELIPORTO objeto da CONCESSÃO e ao estabelecimento de parâmetros mínimos dos indicadores de qualidade e dos serviços a serem realizados pela CONCESSIONÁRIA durante a execução contratual.

PLANO DE NEGÓCIO: Conjunto de informações, projeções e análises econômico-financeiras a ser elaborado pela PROPONENTE, cobrindo todo o prazo da CONCESSÃO e todos os elementos financeiros relativos à execução do CONTRATO DE CONCESSÃO.

PODER CONCEDENTE ou MUNICÍPIO: Município de Campos dos Goytacazes – RJ.

PRAZO DO CONTRATO: Prazo de 32 (trinta e dois) anos, pelo qual permanecerá vigente o CONTRATO DE CONCESSÃO, contado a partir da data de publicação da ORDEM DE SERVIÇO.

PROPONENTE ou LICITANTE: Pessoas jurídicas, nacionais ou estrangeiras, desde que devidamente autorizadas a funcionar no Brasil, fundos de investimento, e entidades de previdência complementar participantes da CONCORRÊNCIA, individualmente ou como membro de CONSÓRCIO.

PROPOSTA ECONÔMICA ou PROPOSTA COMERCIAL: Documento a ser apresentado pelos PROPONENTES contendo, dentre outras informações, o VALOR DE OUTORGA FIXA ofertado pela PROPONENTE.

RECEITAS NÃO TARIFÁRIAS: Receitas alternativas ou complementares, mas inerentes à atividade de exploração da infraestrutura e do complexo aeroportuário, obtidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência de exploração de atividades econômicas relacionadas com a exploração do HELIPORTO, e que não sejam remuneradas por TARIFAS.

RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS: São as receitas alternativas, acessórias ou oriundas de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

projetos associados, que a CONCESSIONÁRIA poderá auferir, direta ou indiretamente, nos termos deste EDITAL e do CONTRATO, mediante prévia autorização pelo PODER CONCEDENTE.

RECEITAS TARIFÁRIAS: Receitas da CONCESSIONÁRIA decorrentes do pagamento, pelos USUÁRIOS, das TARIFAS aeroportuárias, conforme regramento estabelecido no ANEXO IV deste EDITAL.

REPRESENTANTES CREDENCIADOS: Representantes das PROPONENTES nesta CONCORRÊNCIA, aos quais caberá todos os atos da PROPONENTE perante a CPL, e ao Município.

SESSÃO PÚBLICA: Reunião entre os representantes do PODER CONCEDENTE, a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, e os REPRESENTANTES CREDENCIADOS dos PROPONENTES, visando o início ou a continuação e o desenvolvimento das fases de habilitação e análise das PROPOSTAS ECONÔMICAS da CONCORRÊNCIA.

TARIFA: Remuneração pela prestação dos serviços aeroportuários nos termos do ANEXO IV deste EDITAL.

UFIR - RJ: A Unidade Fiscal de Referência do Estado do Rio de Janeiro (UFIR) que foi instituída pelo Decreto Estadual nº 27.518 de 28 de novembro de 2000, definida e atualizada anualmente segundo a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

USUÁRIOS: Todas as pessoas físicas e jurídicas que sejam tomadoras dos serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA, ou por terceiro por ela indicado, no complexo aeroportuário do HELIPORTO.

VALOR DE OUTORGA: Valor total pago pela CONCESSIONÁRIA, constituído pela soma do VALOR DE OUTORGA FIXA e do VALOR DE OUTORGA VARIÁVEL, nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO.

VALOR DE OUTORGA FIXA: Valor ofertado pela PROPONENTE como critério de julgamento desta CONCORRÊNCIA, a ser integralmente pago pela CONCESSIONÁRIA nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO.

VALOR DE OUTORGA VARIÁVEL: Valor definido nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO a ser pago de acordo com as regras ali dispostas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

VALOR ESTIMADO DO CONTRATO: Corresponde ao somatório das RECEITAS TARIFÁRIAS e RECEITAS NÃO TARIFÁRIAS estimadas para o PRAZO DO CONTRATO, que configura valor meramente referencial, não podendo ser invocado para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

2. ANEXOS DO EDITAL

2.1. Constituem parte integrante deste EDITAL, os seguintes ANEXOS:

ANEXO I - PROPOSTA ECONÔMICA;

ANEXO II - Termo de Aceitação Provisória e de Permissão de Uso de Ativos;

ANEXO III - Termo de Aceitação Definitiva e de Permissão de Uso de Ativos;

ANEXO IV - Regime Tarifário;

ANEXO V - CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO;

ANEXO VI - Instruções para Elaboração do PLANO DE NEGÓCIOS;

- VI.A - Quadros MODELO do PLANO DE NEGÓCIOS

ANEXO VII - Modelos de Declarações e termo de ciência/notificação:

- VII.A - Declaração de cumprimento do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.
- VII.B - Declaração de inexistência de processo falimentar.
- VII.C - Declaração de inexistência de fato impeditivo.
- VII.D - Termo de aceitação às condições do EDITAL.
- VII.E - Declaração de capacidade financeira.
- VII.F - Declaração de não enquadramento em qualquer das hipóteses de limitação a participação no certame

ANEXO VIII - Modelo de apresentação dos ENVELOPES.

ANEXO IX - Minuta do CONTRATO DE CONCESSÃO e ANEXOS;

2.2. Em caso de divergência entre os ANEXOS e o EDITAL, prevalecerá o disposto no EDITAL.

2.3. Exceto quando o contexto não permitir tal interpretação:

- a) As definições contidas no item 1.2 deste EDITAL serão grafadas sempre em maiúsculo e terão o significado explicitado no aludido item;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

- b) Os títulos dos capítulos e dos itens do EDITAL e dos ANEXOS não devem ser usados na sua aplicação ou interpretação;
- c) No caso de divergência entre os ANEXOS, prevalecerão aqueles emitidos pelo PODER CONCEDENTE;
- d) No caso de divergência entre os ANEXOS emitidos pelo PODER CONCEDENTE, prevalecerá aquele de data mais recente.

3. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

3.1. No dia 25 de agosto de 2020, às 10h (dez horas), a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO estará reunida na sala da CPL, na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47, Parque Santo Amaro, Campos dos Goytacazes/RJ, para realizar a SESSÃO PÚBLICA de recebimento dos ENVELOPES referentes à CONCORRÊNCIA nº 001/2020.

3.2. No caso de a licitação não poder ser realizada na data acima estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do EDITAL.

4. OBJETO DA CONCORRÊNCIA

4.1. A finalidade da presente CONCORRÊNCIA é a seleção da melhor proposta para a concessão dos serviços de administração das atividades aeroportuárias, operação, manutenção, segurança da aviação civil, segurança operacional e exploração comercial do Heliporto do Farol de São Tomé, localizado no município de Campos dos Goytacazes, conforme as especificações constantes deste EDITAL e do CONTRATO DE CONCESSÃO.

4.2. Nos termos do item 3.2 do Convênio de Delegação nº 03/2020, as atividades de navegação aérea relacionadas à operação do HELIPORTO, assim como as respectivas TARIFAS, a totalidade da área e dos bens necessários à sua execução permanecem sob a responsabilidade do Comando da Aeronáutica (COMAER), nos termos da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, ou terceiro para quem aquele eventualmente delegar tais atividades.

5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

5.1. Esta LICITAÇÃO será julgada pelo critério de maior oferta pela outorga da CONCESSÃO, nos termos do artigo 15, inciso II, da Lei Federal nº 8.987/95.

6. VALOR ESTIMADO DO CONTRATO

6.1. O VALOR ESTIMADO DO CONTRATO é de R\$ 364.626.735,00 (trezentos e sessenta e quatro milhões, seiscentos e vinte e seis mil, setecentos e trinta e cinco reais).

7. PRAZO DO CONTRATO

7.1. O PRAZO DA CONCESSÃO é de 32 (trinta e dois) anos, contados da expedição da ORDEM DE SERVIÇO, nos termos do CONTRATO.

7.2. Nos termos do item 4.7 do Convênio nº 03/2020, o prazo final da CONCESSÃO, já incluindo eventual prorrogação, não poderá ultrapassar a data final do CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO.

8. DOS ESCLARECIMENTOS SOBRE O EDITAL

8.1. A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO poderá prestar esclarecimentos sobre o EDITAL, de ofício ou a requerimento de interessados, que vincularão a interpretação de suas regras.

8.2. O pedido de esclarecimento deverá ser encaminhado à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data estabelecida para entrega dos ENVELOPES.

8.3. O encaminhamento do pedido de esclarecimento poderá ser feito:

8.3.1. Por meio eletrônico, através do e-mail cpl@campos.rj.gov.br; ou

8.3.2. Por correspondência a ser protocolada, no prazo previsto no subitem 8.2, no Protocolo Geral na sede da Prefeitura do Município, encaminhado aos cuidados da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

8.4. A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO não responderá a pedidos de esclarecimentos que tenham sido formulados de forma diferente da indicada e especificada



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

no EDITAL, ou que tenham sido encaminhados de maneira distinta daquela estabelecida por este EDITAL ou de maneira intempestiva.

8.4.1. Todas as correspondências, físicas ou eletrônicas, referentes ao presente EDITAL deverão ser apresentadas em dias úteis e serão consideradas entregues na data de seu recebimento pelo destinatário, exceto se a entrega ocorrer após às 17h00min, mesmo que a correspondência seja eletrônica.

8.4.2. As correspondências entregues após às 17h00min serão consideradas entregues, para todos os efeitos, inclusive para a conferência de tempestividade, no dia útil imediatamente posterior.

85. Todas as respostas da CPL aos pedidos de esclarecimentos realizados nos termos deste item serão juntadas aos autos como parte integrante da documentação que constitui o procedimento licitatório.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

9.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este EDITAL.

9.1.1. Eventual impugnação a este EDITAL, caso apresentada por qualquer cidadão, deverá ser protocolada na sede da CPL com antecedência mínima de 5 dias úteis da data estabelecida para a entrega dos ENVELOPES, sob pena de decadência do direito de impugnar o presente EDITAL.

9.1.2. Eventual impugnação a este EDITAL, caso apresentada por qualquer PROPONENTE, deverá ser protocolada na sede da CPL até o segundo dia útil antes da data agendada para recebimento dos ENVELOPES, sob pena de decadência do direito de impugnar o presente EDITAL.

9.2. A impugnação ao EDITAL deverá ser dirigida ao presidente da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO em meio eletrônico, pelo e-mail cpl@campos.rj.gov.br.

9.3. A **impugnação** feita tempestivamente não impedirá a participação dos interessados na LICITAÇÃO, até a decisão da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

9.4. A impugnação deverá ser instruída:

9.4.1. Com cópia do documento de identidade do seu signatário, quando este for pessoa física; ou

9.4.2. Com cópia do contrato ou estatuto social, acompanhada de outros documentos necessários à comprovação dos poderes de representação legal do signatário, quando



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

apresentada por pessoa jurídica.

10. DAS VISITAS TÉCNICAS

10.1. As PROPONENTES poderão vistoriar o HELIPORTO objeto da CONCORRÊNCIA. As visitas técnicas deverão ser agendadas previamente entre os dias 16 de julho e 18 de agosto de 2020 e estarão condicionadas ao “de acordo” da PETROBRAS S.A, atual operadora do Heliporto do Farol de São Tomé.

10.2. Para a realização das visitas técnicas, os interessados deverão encaminhar à CODEMCA, até 18/08/2020, observado o disposto no item 8.4 deste EDITAL, correspondência protocolada na sede CODEMCA, situada na Av. Nilo Peçanha, nº 614/822 (Shopping Estrada); correio eletrônico: juridico.codemca@campos.rj.gov.br ou pelo telefone: (22) 98175-0892 (Sra. Cláudia ou Paulo).

10.3. Recebida a correspondência eletrônica pela CODEMCA e preenchidos os requisitos necessários indicados neste EDITAL, será encaminhado e-mail ao interessado para agendamento de data e horário da visita técnica, desde que aceita pela PETROBRAS S.A e deverá ser acompanhada por funcionário do PODER CONCEDENTE.

10.4. Não obstante o disposto no item 10.5 deste EDITAL, com a realização da visita técnica, a CODEMCA emitirá um certificado de realização da visita técnica em nome da empresa interessada.

10.5. A realização da visita técnica é **FACULDADE** dos interessados, não sendo condição necessária à participação na CONCORRÊNCIA, de acordo com item 20.19 deste EDITAL.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Todos os documentos da CONCORRÊNCIA, bem como as correspondências trocadas entre as PROPONENTES e o PODER CONCEDENTE deverão ser redigidos em língua portuguesa, sendo toda a documentação consultada e interpretada de acordo com este idioma.

11.2. Não serão considerados, para efeito de avaliação e julgamento das propostas, os documentos de origem estrangeira apresentados em outras línguas que não observarem o item 20.2.3 deste EDITAL.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

113. Exceto quando expressamente autorizado neste EDITAL, os documentos deverão ser apresentados conforme os modelos constantes do EDITAL e seus ANEXOS.
114. Todas as referências de horário do presente EDITAL referem-se ao horário oficial de Brasília.
115. Os documentos apresentados à CPL em meio eletrônico não poderão ter restrições de acesso ou proteção de conteúdo, sob pena de serem considerados como “não recebidos”.
116. Qualquer alteração no EDITAL será divulgada no DOM e no sítio eletrônico: www.campos.rj.gov.br (ou em link lá indicado).
117. Caso exista divergência entre as informações apresentadas em meio físico e eletrônico, prevalecerão as informações prestadas em meio físico.
118. As informações, estudos, pesquisas, investigações, levantamentos, projetos, planilhas e demais documentos ou dados relacionados ao HELIPORTO disponibilizados no sítio eletrônico da Prefeitura do Município foram realizados e obtidos para fins exclusivos de precificação da CONCESSÃO, não apresentando qualquer caráter vinculativo que responsabilize o PODER CONCEDENTE perante as PROPONENTES ou perante a futura CONCESSIONÁRIA.
119. As PROPONENTES são responsáveis pela análise direta das condições do HELIPORTO e de todos os dados e informações sobre a exploração da CONCESSÃO, bem como pelo exame de todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e regulamentações aplicáveis à CONCORRÊNCIA e à CONCESSÃO, devendo arcar com seus respectivos custos e despesas, inclusive no tocante à realização de estudos, investigações, levantamentos, projetos e investimentos.
- 11.10. A participação na CONCORRÊNCIA implica a integral e incondicional aceitação de todos os termos, disposições e condições do EDITAL e de seus ANEXOS, da minuta do CONTRATO DE CONCESSÃO e ANEXOS, bem como das demais normas aplicáveis à CONCORRÊNCIA.

CAPÍTULO II - DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

12. DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

12.1. A CONCORRÊNCIA será julgada pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, cabendo-lhe conduzir os trabalhos necessários à sua adequada realização.

12.2. Além das prerrogativas que decorrem implicitamente da sua função legal, a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO poderá:

112.1. Solicitar às PROPONENTES, a qualquer momento, esclarecimentos sobre os documentos por elas apresentados, bem como adotar critérios de saneamento de falhas de caráter formal no curso da CONCORRÊNCIA, vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originariamente na documentação apresentada pelas PROPONENTES;

112.2. Promover diligência destinada a esclarecer e pedir informações complementares para esclarecer ou confirmar a autenticidade das informações contidas nos documentos, ou a complementar a instrução da CONCORRÊNCIA; e

112.3. Prorrogar de forma isonômica os prazos de que trata o EDITAL em caso de interesse público, caso fortuito ou força maior, sem que caiba às PROPONENTES direito à indenização ou reembolso de custos e despesas a qualquer título.

12.3. A recusa em fornecer esclarecimentos e documentos ou em cumprir as exigências solicitadas pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, nos prazos por ela determinados e de acordo com os termos deste EDITAL, poderá ensejar a desclassificação da PROPONENTE.

CAPÍTULO III - DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA

13. DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA

13.1. Poderão participar da CONCORRÊNCIA, nos termos deste EDITAL, pessoas jurídicas brasileiras ou estrangeiras, devidamente autorizadas a funcionar no país, nos termos dos artigos 1.134 a 1.141 do Código Civil e do artigo 28, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/1993, entidades de previdência complementar e fundos de investimento, isoladamente ou em



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

CONSÓRCIO, que demonstrem cumprir com todos os requisitos de habilitação previstos neste EDITAL, observadas as demais condições estabelecidas.

13.1.1. No caso da participação de entidade de previdência complementar ou fundo de investimento, deve constar no objeto de tais entidades a realização de investimentos no objeto da CONCESSÃO.

14. DA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

14.1. Em se tratando de CONSÓRCIO, os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão ser entregues e comprovados individualmente por cada consorciada, admitindo-se, para efeitos de:

14.1. Qualificação técnica, o somatório da experiência dos consorciados;

14.2. Qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado na proporção de sua respectiva participação no CONSÓRCIO, apenas para atendimento do patrimônio líquido ou capital social mínimo necessário, o qual deve ser acrescido de 30% (trinta por cento) conforme estipulado no artigo 33, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666/93. O patrimônio mínimo líquido do CONSÓRCIO será calculado da seguinte forma:

- (i) Cada percentual de participação será multiplicado pelo patrimônio líquido ou capital social exigido para o CONSÓRCIO;
- (ii) Os resultados obtidos serão comparados com os respectivos patrimônios líquidos ou capital social de cada um dos membros do CONSÓRCIO, que deverão, individualmente, comprovar patrimônio líquido maior ou igual ao valor obtido no subitem anterior.

14.3. O instrumento de constituição de CONSÓRCIO ou de compromisso de constituição de CONSÓRCIO deverá conter os seguintes requisitos:

- (i) Indicação da porcentagem de participação das consorciadas;
- (ii) Indicação de que pelo menos uma das consorciadas deve explorar o ramo de atividade compatível com o objeto desta LICITAÇÃO, sendo esta empresa obrigatoriamente a líder do CONSÓRCIO;
- (iii) indicação da empresa líder do CONSÓRCIO, obedecido ao disposto no § 1º do art. 33 da Lei Federal n.º 8.666/93;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

- (iv) outorga de amplos poderes à empresa líder do CONSÓRCIO para representar as consorciadas, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, em todos os atos relativos à LICITAÇÃO, podendo assumir obrigações em nome do CONSÓRCIO;
- (v) declaração de responsabilidade solidária das consorciadas até a assinatura do CONTRATO;
- (vi) declaração de que, caso o CONSÓRCIO vença o certame, as consorciadas constituirão a empresa CONCESSIONÁRIA, na forma de Sociedade de Propósito Específico (SPE), com objeto relativo à prestação dos serviços objeto da CONCESSÃO; e
- (vii) declaração do compromisso de manutenção dos percentuais de participação inicial das consorciadas até a constituição da Sociedade de Propósito Específico (SPE).

14.4. A inabilitação de qualquer consorciada acarretará, automaticamente, a inabilitação do CONSÓRCIO.

14.5. O documento referente ao compromisso de constituição de CONSÓRCIO deve constar dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO de que trata este EDITAL, sob pena de inabilitação.

14.6. Não há limite máximo de número de participantes para constituição do CONSÓRCIO.

14.7. Não será admitida a inclusão, a substituição, a retirada, a exclusão ou, ainda, a alteração nos percentuais de participação dos membros consorciados no período que compreende a data da entrega dos ENVELOPES até a assinatura do CONTRATO DE CONCESSÃO.

14.8. Não será permitida a participação de membro consorciado, suas COLIGADAS, CONTROLADAS, CONTROLADORA, ou sob controle comum, em mais de um CONSÓRCIO, ainda que com participações ou membros distintos entre si, ou isoladamente.

14.9. Para os Fundos de Investimento serão aplicáveis as seguintes regras:

14.9.1. As entidades administradoras e gestoras dos fundos serão consideradas como PROPONENTES para a verificação das condições de participação previstas no presente EDITAL;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

14.9.2. Os quotistas que tiverem participação igual ou superior a 10% (dez por cento) no Fundo de Investimento serão consideradas como PROPONENTES para a verificação das condições de participação previstas no presente EDITAL.

15. DAS LIMITAÇÕES À PARTICIPAÇÃO

15.1. Não poderão participar desta CONCORRÊNCIA:

- 15.1.1. Pessoas Físicas.
- 15.1.2. Pessoas jurídicas que tenham sido declaradas inidôneas por Ato do Poder Público.
- 15.1.3. Pessoas jurídicas que estejam impedidas ou suspensas de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal.
- 15.1.4. Pessoas jurídicas que tenham sido condenadas, por sentença transitada em julgado, à pena de interdição de direitos devido à prática de crimes ambientais, conforme disciplinado no art. 10 da Lei nº 9.605, de 12.02.1998.
- 15.1.5. Pessoas jurídicas que tenham dirigentes ou responsáveis técnicos que sejam ou tenham sido ocupantes de cargo comissionado, efetivo ou emprego na ANAC, no Ministério da Defesa, na Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, na INFRAERO ou ocupantes de cargo de direção, assessoramento superior ou assistência intermediária da União ou do Município de Campos dos Goytacazes, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da publicação do EDITAL.
- 15.1.6. Pessoas jurídicas, isoladamente, quando integrantes de CONSÓRCIO participante da LICITAÇÃO.
- 15.1.7. Pessoa jurídica cuja falência haja sido decretada por sentença judicial.
- 15.1.8. Pessoa jurídica em recuperação judicial ou extrajudicial, exceto para aqueles que apresentem o plano de recuperação devidamente homologado pelo Juízo competente;
- 15.1.9. Pessoa Jurídica que esteja sob intervenção do órgão fiscalizador responsável pelas suas atividades.

15.2. As EMPRESAS AÉREAS, suas CONTROLADORAS, CONTROLADAS e COLIGADAS não poderão participar desta CONCORRÊNCIA. Também não poderão participar as CONTROLADAS e COLIGADAS de empresas CONTROLADORAS de EMPRESAS AÉREAS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

15.3. É vedada a participação direta ou indireta na CONCESSIONÁRIA de EMPRESAS AÉREAS e demais entidades relacionadas no item 15.2 acima, de qualquer forma, durante todo o prazo da CONCESSÃO, inclusive por meio de quaisquer arranjos contratuais que possam afetar a livre iniciativa e gestão da pessoa jurídica pelos seus acionistas.

15.4. Os itens 15.2 e 15.3 acima também se aplicam às empresas gestoras de frotas de aeronaves, suas CONTROLADORAS, CONTROLADAS e COLIGADAS.

CAPÍTULO IV - DA DOCUMENTAÇÃO

16. DA DOCUMENTAÇÃO

16.1. **Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente (Lei 8.935/94) ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial.** Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido. **Os documentos e certidões emitidas pela Internet terão sua autenticidade verificada no momento da realização do certame,** e deverão estar rubricados pelos respectivos Representantes a serem credenciados.

16.1. Todos os documentos apresentados pelas PROPONENTES ficarão sob a custódia da CPL até o decurso do prazo de 15 (quinze) dias a contar da assinatura do CONTRATO. Após o decurso deste prazo, os documentos das PROPONENTES não vencedoras poderão ser retirados pelas referidas PROPONENTES, salvo qualquer exigência em sentido diverso.

16.2.1. Decorridos 30 (trinta) dias da disponibilização dos documentos das PROPONENTES não vencedoras da CONCORRÊNCIA sem a devida retirada, a CPL inutilizará os documentos não retirados.

16.2. Toda a documentação apresentada junto com os ENVELOPES deverá estar redigida de forma clara e objetiva, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou obscuridades. Além disso, todos os ENVELOPES deverão conter Termo de Abertura e Termo de Encerramento, que serão numerados pelos PROPONENTES. Todos os demais documentos deverão ser numerados sequencialmente, inclusive as folhas divisórias, devendo também ser rubricados pelo REPRESENTANTE CREDENCIADO da PROPONENTE.

16.3. Todos os documentos que contiverem valores expressos em moeda estrangeira,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

quando assim não vedado pelo EDITAL, terão os valores convertidos em moeda nacional (R\$), mediante a aplicação da última taxa de câmbio comercial, divulgada pelo Banco Central do Brasil, no dia imediatamente anterior à abertura do envelope que contiver a documentação com valores a serem convertidos.

16.4. Todos os documentos apresentados na presente LICITAÇÃO deverão ser entregues em língua portuguesa, digitados e impressos de forma legível.

16.5. Qualquer documento em língua estrangeira deve ser acompanhado de tradução para a língua portuguesa por tradutor juramentado, devidamente consularizado no Consulado Geral do Brasil do país de origem dos respectivos documentos, e registrado no cartório de Registro de Títulos e Documentos.

16.6. Os documentos estrangeiros provenientes de Estados Signatários da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, promulgada no Brasil por meio do Decreto Federal nº 8.660/2016, poderão substituir a necessidade de autenticação pelo respectivo consulado, referido no item acima, pela aposição da apostila de que tratam os artigos 3º e 4º da referida Convenção. A documentação e a respectiva apostila deverão ser traduzidas por tradutor juramentado.

16.7. No caso de divergência entre o documento no idioma original e a sua tradução, prevalecerá o texto traduzido para a língua portuguesa, desde que a divergência não implique em alteração do conteúdo material do documento, de forma a fraudar as exigências a ele aplicáveis.

16.8. Eventuais falhas quanto a aspectos formais da documentação solicitada neste EDITAL, incluindo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e a PROPOSTA ECONÔMICA, poderão ser sanadas pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, por ato motivado, ou pelos próprios PROPONENTES, quando pertinente.

16.8.1. Para fins desta CONCORRÊNCIA, considera-se falha ou defeito formal aquele que não desnature o conteúdo ou o objeto do documento apresentado e que, cumulativamente, permita verificar, com segurança, o teor da informação e veracidade do documento apresentado.

16.8.2. A ausência de documento obrigatório ou sua apresentação de maneira parcial ou equivocada não será considerada falha ou defeito formal.

16.9. Todos os documentos e certidões que forem apresentados nesta CONCORRÊNCIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

deverão ser apresentados dentro de seus respectivos prazos de validade, seja o prazo constante do próprio documento ou estabelecido por lei.

16.9.1. Qualquer documento apresentado fora do prazo de validade será considerado não entregue, arcando o PROPONENTE com as consequências da ausência da documentação.

16.9.2. Todos os documentos que não tiverem prazo definido em seu próprio corpo, em lei ou neste EDITAL, serão considerados válidos se expedidos em até 90 (noventa) dias de antecedência à data de efetiva entrega dos documentos e propostas.

16.10. Todas as faculdades ou prerrogativas previstas neste EDITAL deverão ser exercidas dentro do respectivo prazo ou até o encerramento da respectiva fase desta CONCORRÊNCIA, conforme o caso. O não exercício ou o exercício fora do prazo previsto neste EDITAL de qualquer faculdade ou prerrogativa não será considerado para fins deste certame, restando preclusa a respectiva faculdade ou prerrogativa.

17. DAS DECLARAÇÕES PRELIMINARES

17.1. As PROPONENTES deverão apresentar Declarações Preliminares, conforme os modelos constantes dos ANEXOS ao EDITAL, atestando:

17.1.1. Declaração quanto à inexistência de fato impeditivo em participar da LICITAÇÃO, conforme modelo constante do ANEXO VII.

17.1.2. Não se enquadrar em qualquer das hipóteses de limitação à participação no certame, previstas neste EDITAL, conforme modelo constante do ANEXO VII.

17.1.3. Cumprir com o disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, que inclui entre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme modelo constante do ANEXO VII.

17.1.4. Declaração, conforme modelo constante do ANEXO VII, de que o PROPONENTE:

- i. se sujeita a todas as condições do EDITAL;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

- ii. tem pleno conhecimento dos serviços objeto da CONCESSÃO;
- iii. tem pleno conhecimento do local, e respectivas condições do HELIPORTO;
- iv. responde pela veracidade de todas as informações constantes da documentação e da proposta apresentadas; e
- v. recebeu todos os elementos componentes do presente EDITAL e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da CONCORRÊNCIA, tendo considerado suficientes as informações recebidas para a elaboração da sua proposta.

17.2. Declaração de capacidade financeira constante do ANEXO VII deste EDITAL. A PROPONENTE deverá declarar que dispõe ou tem capacidade de obter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de aporte de recursos próprios e obtenção de recursos de terceiros necessários à consecução do objeto da CONCESSÃO, inclusive a obrigação de integralização do capital social no ato da constituição da SPE no montante de, no mínimo, R\$ 1.392.231,00 (um milhão, trezentos e noventa e dois mil, duzentos e trinta e um reais), caso sagrar-se vencedora desta CONCORRÊNCIA, conforme o regramento deste CONTRATO.

18. DOS REPRESENTANTES

18.1. Cada PROPONENTE ou cada CONSÓRCIO poderá ter até 3 (três) REPRESENTANTES CREDENCIADOS.

18.2. A comprovação dos poderes de representação dos REPRESENTANTES CREDENCIADOS se dará:

18.2.1. No caso de PROPONENTES que sejam empresas brasileiras, mediante instrumento de procuração que comprove poderes para praticar, em nome da PROPONENTE, todos os atos referentes à CONCORRÊNCIA (incluindo os poderes de receber citação, representar a PROPONENTE administrativa e judicialmente, fazer acordos e renunciar a direitos), com firma reconhecida e acompanhado dos documentos que comprovem os poderes do(s) outorgante(s);

18.2.1. No caso de PROPONENTES em CONSÓRCIO, o instrumento de procuração mencionado no item anterior deverá ser outorgado pela empresa líder, com firma reconhecida, sendo certo que o Compromisso de Constituição de Sociedade de Propósito Específico deverá outorgar poderes expressos para que a empresa líder



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

assim outorgue procuração.

18.2.2. No caso de empresa estrangeira isoladamente, autorizada a funcionar no país, nos termos dos artigos 1.134 a 1.141 do Código Civil e do artigo 28, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante apresentação de instrumento de procuração outorgado a representante residente e domiciliado no Brasil, observadas as disposições constantes do item 13.1, que comprova poderes expressos para:

18.2.2.1. praticar, em nome da PROPONENTE, todos os atos referentes à CONCORRÊNCIA;

18.2.2.2. receber citação e representar a PROPONENTE administrativa e judicialmente; e

18.2.2.3. fazer acordos e renunciar a direitos. A procuração deverá estar acompanhada dos documentos que comprovem os poderes dos outorgantes, com a(s) assinatura(s) devidamente reconhecida(s) como verdadeira(s) por notário ou outra entidade de acordo com a legislação aplicável aos documentos, reconhecidos pela representação consular brasileira mais próxima, devidamente traduzidos ao português por tradutor público juramentado e registrados em Cartório de Títulos e Documentos.

183. Os REPRESENTANTES CREDENCIADOS deverão assinar de todas as declarações e documentos referidos neste EDITAL.

184. Aos REPRESENTANTES CREDENCIADOS caberá a intervenção e a prática de todos os atos necessários durante a SESSÃO PÚBLICA da CONCORRÊNCIA.

185. Cada REPRESENTANTE CREDENCIADO somente poderá exercer a representação de uma única PROPONENTE.

186. Toda a comunicação travada entre a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e os PROPONENTES se dará via seus REPRESENTANTES CREDENCIADOS.

187. A falta de credenciamento de Representantes não implicará perda do direito de participar da CONCORRÊNCIA, mas até que algum Representante seja devidamente credenciado, esta PROPONENTE não poderá praticar os atos exclusivos dos REPRESENTANTES CREDENCIADOS.

188. Na abertura de qualquer SESSÃO PÚBLICA instaurada para a realização ou prosseguimento desta CONCORRÊNCIA, poderão os PROPONENTES credenciar



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

Representantes, observada a limitação quantitativa, bem como substituir ou revogar credenciamento já realizado em outra sessão.

189. Tanto o credenciamento de novo Representante como a substituição ou revogação de Representantes serão registrados na respectiva ata da SESSÃO PÚBLICA em que ocorridos.

19. DA PROPOSTA ECONÔMICA

19.1. A PROPONENTE deverá indicar, na sua PROPOSTA ECONÔMICA, o VALOR DE OUTORGA FIXA a ser paga ao PODER CONCEDENTE conforme os termos do ANEXO I deste EDITAL e deverá considerar:

- i. Que o VALOR DE OUTORGA FIXA não poderá ser menor que R\$ 2.937.439,00 (dois milhões, novecentos e trinta e sete mil, quatrocentos e trinta e nove reais) **(DATA-BASE julho/2020)**, sob pena de desclassificação do PROPONENTE.
- ii. Todos os investimentos, tributos, custos e despesas necessários à execução do CONTRATO DE CONCESSÃO.
- iii. Todos os riscos assumidos pela CONCESSIONÁRIA no CONTRATO DE CONCESSÃO, conforme a minuta do CONTRATO DE CONCESSÃO, ANEXO IX deste EDITAL.
- iv. Que o VALOR DE OUTORGA VARIÁVEL não será objeto da PROPOSTA ECONÔMICA, tendo seu valor definido no CONTRATO DE CONCESSÃO.

192. A PROPOSTA ECONÔMICA apresentada deverá ter validade de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua apresentação, podendo este prazo ser prorrogado, a critério do PROPONENTE, mediante solicitação da CPL.

193. As PROPOSTAS ECONÔMICAS deverão ser incondicionais, irretratáveis e irrevogáveis, sob pena de desclassificação da PROPONENTE.

194. Nos termos do art. 13 do Decreto federal nº 7.624/2011, os VALORES DE OUTORGA deverão ser aplicados no desenvolvimento e fomento das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica, incluindo outros aeródromos do respectivo Plano Aeroviário ou infraestrutura



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

de acesso viário a aeródromos.

20. DA HABILITAÇÃO

20.1. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão ser apresentados de acordo com as especificações constantes deste EDITAL.

A. Da Habilitação Jurídica

20.2. A PROPONENTE deverá apresentar os documentos a seguir listados, quando houver e conforme o caso:

20.2.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado em vigor, devidamente registrado, acompanhado das alterações posteriores, caso não tenham sido acompanhadas da consolidação do documento.

20.2.2. Prova de eleição dos Administradores da PROPONENTE, devidamente registrada no órgão competente.

20.2.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

20.2.4. Quando a PROPONENTE for uma entidade aberta ou fechada de previdência complementar, deverá apresentar, adicionalmente, um comprovante de autorização expressa e específica quanto à constituição e funcionamento da entidade de previdência complementar, concedida pelo órgão fiscalizador competente.

20.2.5. Quando a PROPONENTE for um fundo de investimento, deverá apresentar, adicionalmente, os seguintes documentos:

- i. comprovante de registro do fundo de investimento na Comissão de Valores Mobiliários;
- ii. regulamento do fundo de investimento consolidado;
- iii. comprovante de registro do administrador e, se houver, do gestor do fundo de investimento, perante a Comissão de Valores Mobiliários; e
- iv. comprovação de que o fundo de investimento se encontra devidamente



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

autorizado a participar do certame;

v. comprovante de registro do regulamento do fundo de investimento perante o Registro de Títulos e Documentos competente; e

vi. Comprovação de que o fundo de investimento se encontra devidamente autorizado a participar da LICITAÇÃO e de que o seu administrador pode representá-lo em todos os atos e para todos os efeitos da LICITAÇÃO, assumindo, em nome do fundo de investimento, todas as obrigações e direitos que dela decorrerem.

20.3. No caso de participação em CONSÓRCIO, junto aos documentos referidos no item 20.2 deste EDITAL, também deverá ser apresentado Compromisso público ou particular de Constituição de Consócio.

B. Da Qualificação Econômico-financeira

20.4. Os PROPONENTES e cada um dos integrantes do CONSÓRCIO, conforme aplicável, deverão apresentar os seguintes documentos para comprovação de qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de pedido de falência, expedida pelo Distribuidor Judicial da Comarca (Varas Cíveis) da cidade onde a empresa for sediada, com data de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data de entrega dos ENVELOPES. Em havendo qualquer ação judicial distribuída, deverá ser juntada a certidão de objeto e pé que aponte a situação do processo atualizado para 90 (noventa) dias antes da data da referida sessão pública de abertura dos ENVELOPES;
- b) Balanço patrimonial e respectivas demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, devidamente registrados.
- c) Comprovação de capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do Valor Estimado do Contrato, ou seja, R\$ 36.462.673,50, devendo o capital ou patrimônio líquido mínimo, no caso de participação por meio de CONSÓRCIO, ser acrescido de 30% (trinta por cento), nos termos do art. 33, III, da Lei Federal nº 8.666/1993. A aferição do capital ou patrimônio líquido de cada consorciado na composição do capital/patrimônio líquido a ser considerado para a qualificação econômico-financeira do CONSÓRCIO será obtido pelo somatório



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação no CONSÓRCIO.

20.5. Caso a PROPONENTE esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

20.6. No caso de sociedade anônima, observadas as exceções legais, apresentar as publicações, nos termos da legislação em vigor, do Balanço e demonstrativos contábeis e da ata de aprovação das demonstrações financeiras arquivada na Junta Comercial.

20.6.1 Para os fins das exigências contábeis, as sociedades anônimas deverão apresentar Balanço por meio de uma das seguintes formas: publicação em diário oficial ou publicação em jornal de grande circulação devidamente registradas perante a Junta Comercial competente, ou, ainda, por meio de cópia autenticada das referidas demonstrações devidamente registradas perante a Junta Comercial competente. Adicionalmente, deverá ser apresentada publicação da ata de assembleia que aprovou as demonstrações financeiras devidamente registradas perante a Junta Comercial competente ou cópia autenticada da mesma ata devidamente registrada perante a Junta Comercial competente.

20.7. Os demais tipos societários e o empresário individual deverão apresentar cópia do balanço patrimonial, registrado na Junta Comercial, ou em outro órgão equivalente, na sede do PROPONENTE.

20.8. Quando a PROPONENTE for uma entidade aberta ou fechada de previdência complementar, deverá apresentar, adicionalmente, declaração de que os planos e benefícios por ela administrados não se encontram sob liquidação ou intervenção da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social.

20.9. Quando a PROPONENTE for um fundo de investimento, deverá apresentar, adicionalmente, Certidão negativa de falência da administradora e gestora do fundo, expedida pelo(s) cartório(s) de distribuição da sede das mesmas, com data de até 90 (noventa) dias corridos anteriores a data de entrega dos ENVELOPES.

20.10. O balanço patrimonial referido no subitem 20.4, letra b) , acima, deverá estar assinado pelo representante legal do PROPONENTE e por contador devidamente habilitado, devendo ainda, quando legalmente exigido, estar acompanhado do relatório de auditores independentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

20.11. Caso o PROPONENTE esteja inscrito no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverão ser apresentados:

- a) Comprovante da entrega digital do livro contábil com o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras exigíveis na forma da Lei;
- b) Comprovante da assinatura digital do livro contábil pelo diretor responsável e por profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando sua regularidade perante o respectivo conselho;
- c) Cópia do termo de abertura e encerramento do respectivo livro contábil; e
- d) Termo de autenticação do livro contábil com o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras pelo órgão competente.

20.12. As PROPONENTES constituídas após o encerramento do último exercício social deverão apresentar, em substituição ao balanço patrimonial e às demonstrações contábeis, o balanço de abertura.

C. Da Regularidade Fiscal e Trabalhista

20.13. A PROPONENTE deverá apresentar os documentos a seguir listados, inclusive no tocante aos membros de CONSÓRCIO, quando houver:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;
- c) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, bem como perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, (Certidão Negativa de Débitos – CND), exigida no artigo 47, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores;
- e) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

da licitante;

- g) Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- h) **CNDT** - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidao;
- i) **Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.**

As licitantes deverão declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. A declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do modelo em Anexo;

- j) Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado;
- k) Quando o crédito tributário ou trabalhista encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa;
- l) Os documentos relacionados no subitem 20.13 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes;
- m) As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

- m1) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.
- m2) A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

D. Da Habilitação Técnica

20.14. A comprovação da habilitação técnica dar-se-á por meio da apresentação de:

a) Atestado(s) de capacidade técnico-operacional, emitido(s) em nome da PROPONENTE ou de consorciada, no caso de PROPONENTE em CONSÓRCIO, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado que demonstre(m) experiência na operação e gerenciamento de aeródromo com as seguintes características, considerando como parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da LICITAÇÃO:

- i. Aeródromo que tenha movimentado o mínimo de 149.000 (cento e quarenta e nove mil) passageiros/ano por aeronaves de asa rotativa (helicópteros); e
- ii. Aeródromo que tenha movimentado o mínimo de 9.000 (nove mil) operações de pousos e decolagens de aeronaves de asa rotativa (helicópteros).

b) Comprovação de que a PROPONENTE ou, no caso de PROPONENTE em CONSÓRCIO, de que uma ou mais consorciadas possui(em), em seu quadro funcional, profissional(is) de nível superior, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre experiência nos seguintes serviços, considerados como parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da LICITAÇÃO:

- i. Gestão dos Aeroportos;
- ii. Gerenciamento da segurança operacional;
- iii. Operação aeroportuária;
- iv. Manutenção dos aeroportos; e
- v. Resposta a emergências aeroportuárias.

20.15. Quando a PROPONENTE constituir-se em CONSÓRCIO, as exigências de habilitação técnica constantes na cláusula 20.15 deverão ser comprovadas pelo CONSÓRCIO, por quaisquer dos consorciados isoladamente ou pela união das qualificações técnicas apresentadas pelos consorciados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

20.16. Os atestados somente serão aceitos se o(s) Profissional(is) Qualificado(s) possuir(em) vínculo com a PROPONENTE, na data da SESSÃO PÚBLICA, nas seguintes Modalidades:

- a) Por relação de emprego, comprovada mediante apresentação da Carteira de Trabalho (CTPS), de Ficha de Registro de Empregados – FRE, devidamente atualizados, ou por meio da apresentação do Contrato de Prestação de Serviços;
- b) Como sócio, comprovado por meio de apresentação de seu estatuto ou contrato social;
- c) Como administrador, comprovado por meio da apresentação de prova de eleição dos administradores em exercício devidamente arquivada no registro empresarial ou cartório competente;

20.17. O atestado de capacidade técnica deverá apresentar, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Razão social do emitente, indicação clara e legível do cargo e nome do representante da empresa que o assina;
- b) Identificação completa do profissional beneficiado; local e período (início e fim) de realização das atividades;
- c) A comprovação de experiência profissional, em caso profissional que tenha prestado serviços no exterior, será feita mediante apresentação de cópia de declaração do órgão ou empresa ou de Certidão de tempo de serviço. Esses documentos somente serão considerados quando traduzidos para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

20.18. No caso de alterações societárias e nos casos de fusão, incorporação ou desmembramento de empresas, somente serão considerados os atestados que, inequívoca e documentalmente, a empresa comprove a transferência definitiva de acervo técnico e do respectivo conhecimento técnico especializado (“*know-how*”) para a execução correspondente.

20.19. Atestado de Visita Técnica, emitido pela CODEMCA ou Declaração, emitida pela própria licitante, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades dos serviços a serem executados, não podendo alegar posteriormente o desconhecimento das mesmas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

- a) Por ocasião da visita, será emitido Atestado de Visita expedido pelo Presidente da CODEMCA ou por quem vier a ser designado para o fim, comprovando que a empresa licitante visitou o local e tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades dos serviços a serem executados.

CAPÍTULO V - DAS ETAPAS DA LICITAÇÃO

21. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

21.1. As PROPONENTES deverão apresentar, no dia 25 de agosto de 2020, às 10h (dez horas), na sede da Prefeitura do Município, situada Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, nº 47, Parque Santo Amaro, Campos dos Goytacazes, RJ, os ENVELOPES, em 3 (três) volumes lacrados, contendo:

- a) **1º Envelope** – Declarações Preliminares e Documentos de credenciamento do(s) representante(s);
- b) **2º Envelope** – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO;
- c) **3º Envelope** – PROPOSTA ECONÔMICA.

21.2. Os 3 (três) ENVELOPES deverão ser apresentados lacrados, distintos e identificados em sua capa, de acordo com as especificações deste EDITAL e os modelos apresentados no ANEXO VIII.

21.3. As vias de cada um dos ENVELOPES deverão ser apresentadas encadernadas separadamente, com todas as páginas numeradas sequencialmente, inclusive as páginas de separação, catálogos, desenhos ou similares, se houver, independentemente de se tratar de mais de um caderno, da primeira à última página, de forma que a numeração da última página do último caderno reflita a quantidade de páginas total, não sendo permitidas emendas, rasuras ou ressalvas.

21.4. Cada um dos ENVELOPES também deverá ser apresentado em meio eletrônico, em formato PDF, sem restrições de acesso ou proteção de conteúdo, com teor idêntico ao das vias apresentadas em meio físico.

21.5. Caso exista divergência entre as informações apresentadas em meio físico e eletrônico, prevalecerão as informações prestadas em meio físico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

21.6. Um dos REPRESENTANTES a serem credenciados deverá rubricar sobre o lacre de cada um dos ENVELOPES indicados nesta Seção, inserindo ao lado da rubrica, de próprio punho.

22. DA ANÁLISE DAS DECLARAÇÕES PRELIMINARES E DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO

22.1. A participação da PROPONENTE na SESSÃO PÚBLICA da CONCORRÊNCIA e sua regular formulação de propostas, respeitado o disposto neste EDITAL, estará condicionada à apresentação prévia e regularidade dos seguintes documentos, em conformidade com os requisitos constantes deste EDITAL:

- a) Declarações Preliminares, referidas no item 17 do Capítulo IV do EDITAL;
- b) Documentos de Representação, referidos no item 18 do Capítulo IV do EDITAL;

22.2. Os ENVELOPES referidos neste EDITAL deverão ser entregues na data, hora, local e forma estipulados neste EDITAL.

22.3. Após declarado o encerramento do recebimento dos ENVELOPES pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, nenhum outro documento será recebido para os fins da CONCORRÊNCIA, não cabendo qualquer direito de reclamação por PROPONENTES ou interessados.

22.4. Recebidos os ENVELOPES e iniciada a SESSÃO PÚBLICA, serão abertos os 1ºs Envelopes dos PROPONENTES, para fins de credenciamento e verificação das Declarações, observados os requisitos e o regramento constante deste EDITAL.

22.5. Os PROPONENTES que não cumprirem com os requisitos mínimos para o credenciamento de seus Representantes não terão seus REPRESENTANTES CREDENCIADOS, restando impedidos de exercer as faculdades e direitos inerentes aos REPRESENTANTES CREDENCIADOS, até que promovam o adequado credenciamento, facultado aos PROPONENTES no início de cada SESSÃO PÚBLICA desta CONCORRÊNCIA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

23. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

23.1. Após a fase de Credenciamento será realizada a abertura do 2º Envelope – Documentos de Habilitação das PROPONENTES, na mesma SESSÃO PÚBLICA, rubricando-se os documentos neles contidos pelos membros da CPL e pelos representantes das LICITANTES presentes.

23.2. Feito isso, será encerrada a SESSÃO PÚBLICA, da qual será lavrada ata que, após lida em voz alta, será assinada pelos membros da CPL e pelos representantes das LICITANTES presentes.

23.3. A análise dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ocorrerá em sessão realizada entre os membros da CPL e o resultado será divulgado, mediante aviso publicado, uma única vez, na Imprensa Oficial, bem como comunicado às LICITANTES.

23.4. A critério exclusivo da CPL, os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO poderão ser analisados na própria SESSÃO PÚBLICA de abertura dos ENVELOPES n.º 02. Neste caso, e se as LICITANTES, por seus representantes presentes, concordarem com o resultado do julgamento e desistirem do prazo para interposição de recursos, na mesma sessão poderão, a critério da CPL, ser abertos os ENVELOPES n.º 03 e rubricadas as PROPOSTAS ECONÔMICAS.

23.5. Serão inabilitadas as LICITANTES que deixarem de atender integralmente ao disposto neste EDITAL.

23.6. Verificado o atendimento das exigências contidas no presente EDITAL, a LICITANTE será declarada habilitada.

23.7. Os ENVELOPES n.º 03 das LICITANTES inabilitadas serão a elas devolvidos fechados, após os prazos recursais ou em caso de renúncia expressa ao recurso.

23.8. Se todas as LICITANTES forem inabilitadas, a critério da Administração, poderá ser concedido o prazo de 8 (oito) dias úteis para as LICITANTES apresentarem outros ENVELOPES contendo DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, escoimados das causas que motivaram o ato, conforme previsão do § 3.º do art. 48 da Lei Federal n.º 8.666/93.

24. DA VERIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS ECONÔMICAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

24.1. Encerrada a fase de habilitação das PROPONENTES e decorridos os prazos legais para recursos, a CPL agendará dia e hora para abertura dos ENVELOPES nº 3, referentes às PROPOSTAS ECONÔMICAS dos LICITANTES considerados habilitados e publicará o respectivo aviso no D.O.M.

24.2. As PROPOSTAS ECONÔMICAS serão rubricadas pelos membros da CPL e pelos representantes das PROPONENTES presentes. Feito isso, será encerrada a SESSÃO PÚBLICA, da qual será lavrada ata que, após lida em voz alta, será assinada pelos membros da CPL e pelos representantes das PROPONENTES presentes.

24.3. O julgamento e a verificação quanto à adequação e compatibilidade da PROPOSTA ECONÔMICA ocorrerão em sessão a ser realizada entre os membros da CPL e o resultado será divulgado, mediante aviso publicado, uma única vez, no D.O.M., bem como comunicado às PROPONENTES.

24.4. A critério exclusivo da CPL, as PROPOSTAS ECONÔMICAS poderão ser analisadas na própria SESSÃO PÚBLICA de abertura dos ENVELOPES nº 3.

24.5. Será desclassificada a PROPOSTA ECONÔMICA que não atender as condições da CONCESSÃO prevista neste EDITAL.

24.6. A CPL receberá as PROPOSTAS ECONÔMICAS e os PLANOS DE NEGÓCIOS das LICITANTES e a classificação será estabelecida em razão da maior oferta pela outorga da CONCESSÃO, nos termos do Art. 15, II da Lei Federal nº 8.987/95 e do §1º do Art. 11 do Decreto nº 7.624/2011, obedecido o disposto no item 19 deste EDITAL.

24.7. Nos termos do ANEXO VI deste EDITAL, a LICITANTE apresentará seu PLANO DE NEGÓCIOS contendo as estimativas de receitas, custos, despesas, investimentos, fluxo de caixa operacional, bem como a Taxa Interna de Retorno da CONCESSÃO, as quais serão utilizadas para a verificação da consistência da PROPOSTA ECONÔMICA.

24.8. No caso de empate entre duas ou mais propostas, depois de obedecido o disposto no § 2º do art. 3º da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93, a escolha da melhor proposta será feita por sorteio, em ato público, para o qual serão convocadas todas as PROPONENTES.

24.9. O resultado da LICITAÇÃO será divulgado, mediante aviso publicado, uma única vez, no D.O.M., bem como comunicado às PROPONENTES.

24.10. Proclamado o resultado da presente CONCORRÊNCIA, o objeto será adjudicado à



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

PROPONENTE vencedora nas condições econômicas por ela ofertadas.

25. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

25.1. As PROPONENTES que participarem poderão recorrer das decisões da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO quanto à análise e julgamento dos documentos apresentados na CONCORRÊNCIA, conforme assegura o artigo 109, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.

25.2. Os recursos a que se refere este item deverão ser interpostos no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação da decisão no D.O.M ou da ciência da decisão pelas PROPONENTES, no que se refere aos atos praticados durante as sessões públicas, mediante lavratura das respectivas atas ao fim da própria sessão.

25.3. Os recursos somente serão admitidos quando subscritos pelo Representante Credenciado ou por Representante Legal da PROPONENTE, hipótese na qual os poderes de representação deverão ser comprovados. O recurso deverá ser protocolado no Protocolo Geral na sede da Prefeitura do Município de Campos dos Goytacazes e endereçado à CPL.

25.4. A interposição de recurso será comunicada às demais PROPONENTES, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

25.5. O resultado do julgamento de recurso eventualmente interposto será publicado no D.O.M e no sítio eletrônico.

26. DA HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA E DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

26.1. O resultado da CONCORRÊNCIA será publicado no D.O.M.

26.2. Proclamado o resultado desta CONCORRÊNCIA, o procedimento licitatório será homologado e seu objeto adjudicado à PROPONENTE vencedora, nas condições por ela ofertadas.

26.3. Julgadas as propostas e declarado o vencedor pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, o Município de Campos dos Goytacazes poderá:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

- 26.3.1. Determinar a emenda de irregularidade sanável, se houver, no processo licitatório;
- 26.3.2. Homologar o resultado da CONCORRÊNCIA;
- 26.3.3. Revogar a CONCORRÊNCIA, se necessário, em função do interesse público, de forma motivada;
- 26.3.4. Anular a CONCORRÊNCIA, se necessário e de maneira motivada, por vício comprometedor da legalidade do certame;

26.4. O Prefeito Municipal somente revogará a LICITAÇÃO por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta ou declarará a nulidade da LICITAÇÃO, quando verificar ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado, sem que resulte para as LICITANTES direito de reclamar qualquer indenização, seja a que título for.

26.5. No caso de desfazimento da LICITAÇÃO, fica assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

26.6. Homologada a LICITAÇÃO, o objeto licitado será adjudicado à LICITANTE vencedora.

26.7. A adjudicação produz os seguintes efeitos jurídicos:

- (i) aquisição do direito da LICITANTE vencedora celebrar o CONTRATO;
- (ii) vinculação da LICITANTE vencedora ao cumprimento das condições estabelecidas no EDITAL.

26.8. A adjudicação encerra a LICITAÇÃO e tornam definitivos e imutáveis os atos administrativos praticados.

26.9. O PODER CONCEDENTE promoverá a publicação do extrato do CONTRATO, na imprensa oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei federal nº 8.666/93.

CAPÍTULO VI - CONDIÇÕES PARA A FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

27. CONVOCAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

27.1. Adjudicado o objeto da LICITAÇÃO, a PROPONENTE vencedora será convocada para, no prazo de até 60 (sessenta) dias, cumprir as formalidades necessárias e celebrar, por intermédio da empresa CONCESSIONÁRIA a ser constituída, o CONTRATO, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

27.2. O prazo para a assinatura do CONTRATO mencionado no item acima poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela LICITANTE vencedora durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela CPL.

27.3. É facultada à CPL, quando a CONCESSIONÁRIA não se apresentar para assinar o CONTRATO no prazo e nas condições estabelecidas acima, convocar as LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições da PROPOSTA COMERCIAL do primeiro colocado.

28. CONSTITUIÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

28.1. A LICITANTE vencedora deverá constituir, previamente à assinatura do CONTRATO, a sociedade CONCESSIONÁRIA, de propósito específico, que deverá ter como objeto a prestação dos serviços objeto da CONCESSÃO.

28.2. Em caso de empresa isolada, a LICITANTE vencedora deverá constituir, no prazo fixado, uma subsidiária integral com sede no MUNICÍPIO.

28.3. O prazo de duração da CONCESSIONÁRIA deve corresponder ao prazo para cumprimento de todas as suas obrigações previstas no CONTRATO.

28.4. A denominação da CONCESSIONÁRIA será livre, mas deverá refletir sua qualidade de empresa CONCESSIONÁRIA da exploração dos serviços objeto da CONCESSÃO.

28.5. O estatuto social da CONCESSIONÁRIA deverá contemplar cláusula que submeta à prévia autorização do PODER CONCEDENTE qualquer alteração no CONTROLE da empresa, inclusive por meio de acordo de acionistas ou de quotistas, conforme o caso, sob pena de declaração de caducidade da CONCESSÃO.

29. CONDIÇÕES PRECEDENTES À ASSINATURA DO CONTRATO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

29.1. Em até 05 (cinco) dias úteis antes da data prevista para assinatura do CONTRATO, o ADJUDICATÁRIO deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE os documentos que comprovem ter constituído a SPE e integralizado o valor mínimo do capital social correspondente a, no mínimo, R\$ 1.392.231,00 (um milhão, trezentos e noventa e dois mil, duzentos e trinta e um reais), apresentando a correspondente certidão emitida pela Junta Comercial e a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), assim como a estrutura acionária e de gestão da SPE.

29.2. No mesmo prazo estipulado no subitem acima, o ADJUDICATÁRIO deverá comprovar ao PODER CONCEDENTE que:

- a) prestou a GARANTIA DE EXECUÇÃO, nos termos previstos no CONTRATO;
- b) possui os documentos de regularidade fiscal e trabalhista exigidos neste EDITAL, devidamente atualizados na ocasião da contratação;
- c) que ressarcir os responsáveis pela elaboração dos estudos, nos termos do item 30 deste EDITAL;

29.3. A omissão do ADJUDICATÁRIO quanto aos prazos definidos neste item, ou a não realização dos ajustes indicados no subitem anterior, autorizará a convocação, pelo PODER CONCEDENTE, da LICITANTE classificada em segundo lugar no certame, e assim sucessivamente, conforme a sistemática do art. 64, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, ou a revogação da LICITAÇÃO, sem prejuízo da aplicação das penalidades correspondentes ao ADJUDICATÁRIO.

29.4. Os documentos mencionados nos subitens anteriores deverão ser apresentados em cópias ou no original, com prazo de validade em vigor na data da apresentação.

29.5. Preenchidas todas as condições precedentes exigidas, será providenciada a assinatura do CONTRATO e a publicação do seu extrato no Diário Oficial do MUNICÍPIO, a partir do que dar-se-á início ao PERÍODO DE TRANSIÇÃO, nos termos do CONTRATO.

30. DO RESSARCIMENTO DOS ESTUDOS PRELIMINARES

30.1. A PROPONENTE vencedora deverá ressarcir as empresas responsáveis pela



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

elaboração dos Estudos Preliminares no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

30.2. O valor previsto no item acima será corrigido monetariamente desde a data da autorização para a realização dos Estudos Preliminares (26 de julho de 2019) até a data efetiva do pagamento, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor divulgado mensalmente pela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.

30.3. A Prefeitura de Campos dos Goytacazes disponibilizará aos PROPONENTES, sem quaisquer ônus, cópia dos Estudos Preliminares. A CONCESSIONÁRIA terá o direito de uso dos Estudos Preliminares.

31. DA ORDEM DE SERVIÇO

31.1. A ORDEM DE SERVIÇO permitirá à CONCESSIONÁRIA a assunção do controle operacional do HELIPORTO e será emitida pelo PODER CONCEDENTE nos termos do CONTRATO.

CAPÍTULO VII - DAS PENALIDADES

32. DAS PENALIDADES

32.1. O descumprimento de qualquer condição estabelecida neste EDITAL possibilitará à CPL, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar às PROPONENTES e ao ADJUDICATÁRIO, as seguintes penalidades:

- a) Advertência.
- b) Multa.
- c) Suspensão temporária do direito de contratar ou participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Campos dos Goytacazes por até 2 (dois) anos.

32.2. Sem prejuízo das penalidades previstas no item anterior, fica, ainda, garantida à autoridade competente a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação das PROPONENTES ou do ADJUDICATÁRIO, conforme aplicável, perante o PODER CONCEDENTE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

32.3. A pena de multa por infrações cometidas no decorrer do procedimento licitatório será no importe máximo de 500 UFIR por evento.

32.4. O descumprimento de qualquer condição antecedente e necessária à CONCESSÃO, em especial, mas sem se limitar, a de aporte da GARANTIA DE EXECUÇÃO no prazo estabelecido, configurará recusa da PROPONENTE ou do ADJUDICATÁRIO em receber a CONCESSÃO, restando caracterizado o total descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades tipificadas neste capítulo, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei, sempre mediante processo administrativo instaurado especialmente para este fim, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

33. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

33.1. Na hipótese de a CPL vir a tomar conhecimento, após a fase de HABILITAÇÃO, de que qualquer documento apresentado por uma PROPONENTE era falso ou inválido à época da apresentação, poderá desclassificá-la, sem prejuízo de indenização devida ao PODER CONCEDENTE.

33.2. Sem prejuízo do disposto no item anterior, a CONCORRÊNCIA somente poderá ser revogada por ato motivado do PODER CONCEDENTE por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal revogação.

33.3. O Município de Campos dos Goytacazes, de ofício ou por provocação de terceiros, deverá anular a CONCORRÊNCIA se verificada qualquer ilegalidade que não possa ser sanada.

33.4. A nulidade da CONCORRÊNCIA implica a nulidade do CONTRATO DE CONCESSÃO, não gerando obrigação de indenizar por parte do PODER CONCEDENTE, salvo na situação prevista no art. 59, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 e suas modificações.

33.5. A PROPONENTE se obriga a comunicar à CPL, a qualquer tempo, qualquer fato ou circunstância superveniente que seja impeditivo das condições de habilitação, imediatamente após sua ocorrência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 001/2020

Processo nº 2020.010.000021-5-PR
Data: 09/07/2020

33.6. As normas disciplinadoras desta Licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as PROPONENTES, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

Campos dos Goytacazes, 09 de julho de 2020

Prefeito Municipal de Campos dos Goytacazes